

DESVENDANDO A TRANSFORMAÇÃO DAS FICHAS DE MATRÍCULA: Uma década de avanços impulsionados pelas políticas públicas

Iarla Antunes de Matos Arrais ¹
Ana Paula Moraes Santos Souza ²

RESUMO

Ao matricular-se em qualquer etapa da educação, o aluno é solicitado a apresentar documentos que são armazenados nos registros de matrícula, os quais contribuem para a constituição de sua identidade estudantil. Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas brasileiras e os efeitos que elas tiveram nos registros de matrícula nos últimos 10 anos. Busca-se compreender as mudanças na documentação escolar causadas pelas decisões políticas e os benefícios trazidos ao estudante, além de avaliar o impacto e a evolução decorrentes dessas medidas. A base teórica tem origem nas pesquisas de **Bonato (2000, 2012)**, que nos fornecem um aprofundamento acerca de políticas públicas na área da educação e em estudos conduzidos por Davies e Alcântara (2020), os quais destacaram a evolução das matrículas em períodos específicos. Para este estudo utilizou-se da metodologia qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Para realizar uma análise comparativa dos registros de matrícula ao longo de uma década, através da comparação das fichas de matrícula de 2014 e 2024, utilizamos como *lôcus* para investigação o município de Salitre no Ceará. O intuito do estudo foi identificar e avaliar as transformações nas políticas educacionais neste recorte temporal. Os resultados refletem questões políticas e sociais que estão atreladas à educação formal, assim, é essencial considerar os desafios que motivaram essas mudanças, pois eles refletem a trajetória de evolução do Brasil.

Palavras-chave: Ficha de matrícula, Políticas públicas, Direitos, Mudanças.

INTRODUÇÃO

Convivemos em uma sociedade que se organiza através de dados, sendo assim no campo educacional não seria diferente, nesta área é construída uma identidade a respeito do estudante quando realiza-se a matrícula escolar. Atualmente, nas instituições de ensino, solicita-se todos os documentos pessoais da criança, bem como dispõe-se a observar toda a evolução estudantil desse aluno.

O arquivo de uma escola tempo finalidade: armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual está inserida. (Bonato, 2000, p.45)

¹ Pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade Regional do Cariri - URCA, jarlaantunesmarrais@outlook.com;

² Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA, ana.moraes@urca.br.

Assim, para além da relevância dessa documentação no progresso da instituição de ensino, ela também permite analisar as evoluções, metodologias e estratégias empregadas. Com base nessa ideia, propõe-se este estudo para examinar a evolução das políticas públicas brasileiras ao longo de uma década nos registros.

A evolução de novas políticas públicas educacionais é responsável pelas mudanças potenciais identificadas nesse documento, visando criar um ambiente inclusivo e igualitário para todos. Assim, a questão central deste trabalho emerge: "quais decisões legislativas resultaram em alterações nos formulários de matrícula?".

De acordo com Bonato (2012, p. 195), “os arquivos escolares apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa científica. Através desses acervos é possível conhecer as atividades administrativa e pedagógica de transformação da educação ao longo do tempo”. Assim, os registros escolares revelam a trajetória do aluno, da instituição de ensino, da comunidade escolar, do município, do estado e do país. Ao nos debruçarmos sobre esses documentos como objeto de análise, torna-se possível compreender a evolução da educação.

Este estudo se justifica na necessidade de analisarmos as mudanças no campo da educação, de modo a compreender as razões por trás dessas alterações e seu impacto subsequente sobre os registros de matrícula. O conteúdo examinado refere-se aos registros de uma escola pública situada na região rural de Salitre, no Ceará.

O objetivo principal deste estudo é compreender os efeitos que as políticas públicas têm sobre as matrículas escolares, notadamente analisar as transformações ocorridas, identificar a origem, a legislação específica, que motivou a mudança.

Na presente pesquisa, são empregados métodos de cunho qualitativo, visando a compreensão das informações. A abordagem é documental, valendo-se de arquivos escolares como principal fonte, e recorrendo ao método bibliográfico com o intuito de examinar as razões por trás das transformações ocorridas.

METODOLOGIA

A metodologia qualitativa adotada neste estudo possui uma natureza predominantemente bibliográfica e documental. Isso impede a delimitação de um único campo de pesquisa, entretanto, Grazziotin, Klaus e Pereira (2020) introduzem o conceito de "análise documental histórica", que se concentra na análise da historiografia contida nos documentos.

Conforme afirmado por Silva (2014, p. 18), “São nos arquivos escolares que se apresentam as fontes de informações essenciais para a formulação de pesquisas e análises dos dados do qual permitem a concepção da metodologia de ensino e da cultura escolar de uma Instituição”. Dessa forma, os registros de matrícula da instituição educacional investigada ganham destaque como fonte relevante para pesquisa, bem como, as provocações que causaram mudanças nesse material.

Primeiramente, buscou-se estabelecer comunicação com a escola para verificar a possibilidade de colaboração na pesquisa. Posteriormente, ao obter a aprovação, foram fotografadas as fichas de matrícula e examinados os documentos anexados a elas.

Então, procedeu-se à identificação das alterações, o número do cartão SUS, os laudos das crianças com atípicas, o número do NIS, e outras modificações decorrentes das políticas públicas, além disso, torna-se possível a compreensão das mudanças metodológicas e formar de visualizar a identidade do estudante nesses papéis.

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

“Lugar de criança é na escola
Trabalho não, trabalho não
Criança tem direito a ser criança
Trabalho não, trabalho não
Ser criança é o direito da criança
Educação é o futuro a esperança
Saber ler e escrever é o caminho
É a porta pra uma nova consciência
Tem criança esperançosa no futuro
Tem futuro esperançoso na escola”.

A epígrafe que inicia essa discussão provém de uma obra de Funduca, que aborda a questão dos direitos da criança ao acesso à educação, ressaltando como isso pode abrir diversas portas. As políticas públicas têm o dever de assegurar todos esses direitos, abrangendo uma educação que seja de qualidade, inclusiva e acolhedora.

De acordo com Nani e Filho (2016, p. 127), “[...] as políticas públicas são ações ou inações que o Estado desenvolve e que têm como meta final contribuir para que os direitos sociais do cidadão sejam devidamente assegurados”. Portanto, são ações do Estado que causam mudanças na área da educação.

Ao longo da trajetória histórica do Brasil, o país passou por diversas abordagens de políticas públicas relacionadas à educação. A princípio, a educação esteve atrelada à religião, sob a influência dos jesuítas. A primeira política pública voltada para a

educação foi estabelecida durante o governo de Dom João III, que alocou uma parte dos impostos para as instituições de ensino jesuítas (Saviani, 2008).

Logo após, Marques de Pombal promoveu reformas na educação e implementou o estado laico, influenciado pelos princípios do iluminismo. Posteriormente, durante o primeiro império brasileiro, foi sancionada a “Lei das escolas das primeiras letras”, que estabelecia a criação de instituições de ensino por todo o território nacional (Brasil, 1827). No entanto, como ressalta Saviani (2008), essa lei acabou se tornando ineficaz.

Com o Ato Adicional à Constituição de 1824, houve uma descentralização da responsabilidade do estado em fornecer o ensino primário, transferindo essa atribuição para as províncias (Brasil, 1834). Essa mudança teve um impacto negativo nas políticas educacionais, uma vez que as províncias não conseguiam arcar com os custos da educação.

Durante o segundo império aumentou a déficit da educação, pois as províncias e o estado central não tinham interesse em ofertar políticas públicas, a verba destinada para educação primaria era de 1,8% do orçamento do estado, incipiente para garantir a funcionalidade das escolas. Na Primeira República manteve-se a descentralizando aumentando o índice de analfabetismo (Ribeiro, 1992).

A constituição de 1934 despertou a sociedade para novas políticas, quando a competência foi atribuída a União de buscar diretrizes que auxilie a educação nacional, além disso, determinou-se os impostos para manutenção do sistema, sendo responsabilidade federal 21% e municipal 10% (Ribeiro, 1992). Contudo, essa foi retirada na constituição de 1937 e retomada apenas em 1946, todavia, os índices na prática eram muito baixos, em 1967 novamente esses recursos foram reduzidos. Por fim, em 1988 fixou-se 25% para os estados e municípios e 18% para a União. Essas mudanças foram o iceberg para as políticas públicas educacionais no Brasil, Saviani (2008) descreveu como ziguezague ou pêndulo

A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai-e-vem de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional. (Saviani, 2008, p. 11)

Dentre essas reformas durante a história que contribuíram para descontinuidade, a mais atual teve início em 1988, onde encontra-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Plano Nacional de Educação (2001), Plano de Desenvolvimento da

Educação (2007), essa última estabelece o Plano de Metas determinando o compromisso de todos – união, municípios, distrito federal e estados. Essas mudanças trouxeram contribuições importantes para a educação.

PAPEL DAS FICHAS DE MATRÍCULAS

Com o avanço da sociedade, surgiu a necessidade de criar sistemas para estruturar dados. Ao longo da história, uma variedade de métodos foi empregada com esse propósito (Saviani, 2018). Da mesma forma, as instituições escolares tiveram que encontrar maneiras de gerenciar seus registros, denominando-os como arquivos escolares.

O intuito desta documentação escolar é preservar a memória dos estudantes que frequentaram a instituição e estabelecer a identidade dos atuais alunos. A saga dos documentos se inicia no momento da matrícula do aluno na instituição de ensino, quando são entregues os papéis necessários. Essa etapa marca o início do registro que acompanhará o progresso do estudante ao longo de sua trajetória na escola.

A matrícula é de direito social inalienável confirmado pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 que assegura o direito em todo território nacional. É dever do estado assegurar as matrículas escolares gratuitas a partir de 4 anos e de responsabilidade familiar efetuar a matrícula (Brasil, 1996).

Quando o período escolar da criança se inicia, os pais ou responsáveis devem buscar a escola mais próxima, levando consigo todos os documentos necessários para dar início à jornada educacional do estudante. O objetivo da ficha de matrícula é fornecer uma visão geral do aluno, incluindo seu endereço, responsáveis legais, números de documentos, entre outras informações. Essa ficha é atualizada anualmente, permitindo que a escola esteja ciente das eventuais mudanças na vida dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise, é possível perceber que as fichas seguem um padrão no município, sendo redigidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), tanto em 2014 quanto em 2024. Contudo, os dados coletados apresentam diferenças. Em 2014, as informações são mais imprecisas. Nesse ano, constam o nome da instituição onde o aluno está

matriculado, a cidade, o nome do estudante, os dados dos responsáveis, a data de nascimento, o endereço, o total de faltas ao longo do ano, as notas dos bimestres e se ele participou da recuperação, incluindo as notas obtidas nesse processo, o único documento anexado a esse é o registro de nascimento e a comprovante de endereço.

A ficha de matrícula de 2024 é mais detalhada, nela consta o nome, as informações gerais como nome da instituição de ensino, nome do estudante, data de nascimento, filiação, profissão dos pais e endereço. Contudo, ela nos possibilita observar o impacto das mudanças nas políticas públicas e os efeitos dessas na ficha de matrículas.

A indicação da raça é algo determinado por o Inep/MEC nº 156 de 20 de outubro de 2004, onde destina que a partir de 2005 as fichas de matrículas já cobrem a declaração do próprio aluno quando maior de 16 anos, anteriormente a declaração deve ser realizada pelo responsável. Contudo, a ficha de matrícula padrão do município de 2014 não cobrava essa informação na matrícula, apesar de que deveria alimentar o censo escolar com essa informação.

Outro ponto é o questionamento se o aluno utiliza ou não o transporte escolar. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o transporte para os estudantes é garantido. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 reafirma e detalha as responsabilidades atribuídas ao Estado e aos municípios. O FNDE coordena dois programas: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Caminho da Escola, que garantem transporte para os alunos se dirigem às instituições de ensino. Essas políticas resultaram na alteração da ficha, fazendo necessário mapear nas matrículas os estudantes que utilizam o transporte escolar, a fim de assegurar o acesso à educação.

Os programas sociais têm desempenhado um papel crescente no atendimento à população. A exigência do Número de Identificação Social (NIS), que está diretamente vinculado ao Bolsa Família, fornece às instituições de ensino os dados necessários para atualizar o sistema de frequência. É essencial que haja um percentual mínimo de presença para que os recursos sejam liberados para as famílias em situação de necessidade. Assim, o programa promove tanto a regularidade escolar quanto a liberação de recursos para a alimentação das crianças.

Um outro aspecto presente na ficha de matrícula atual é a verificação da existência de deficiência no estudante. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) estabelece claramente que é responsabilidade da sociedade garantir

uma educação de qualidade para essas pessoas (Brasil, 2015). Nas fichas de matrícula dos alunos atípicos, é necessário incluir o laudo médico e os relatórios que detalham suas limitações e necessidades de adaptações. Além disso, a escola tem o dever de buscar maneiras eficazes de adaptar tanto o ensino e infraestrutura para acolher o estudante com deficiência da melhor maneira possível.

A pandemia de Covid-19 trouxe uma série de transformações ao redor do mundo, uma delas sendo a exigência de apresentação do cartão de vacina no momento da matrícula. Essa medida visa verificar o status de vacinação dos alunos. Além disso, é necessário informar o número do cartão do SUS, que é um documento essencial. A interligação entre saúde e educação é fundamental, ao ter acesso a esses dados, as instituições de ensino podem promover campanhas de vacinação, entre outras iniciativas que contribuam para a saúde da comunidade escolar.

Detectamos uma lacuna na ficha de 2024 relacionada à autodeclaração de gênero. É importante reconhecer que existem estudantes LGBTQIA+, e essa aceitação deve começar já na fase da matrícula, garantindo que o ambiente escolar seja respeitoso e acolhedor. Portanto, a autodeclaração de gênero ainda não está contemplada.

Todas essas informações estão documentadas em arquivos na escola, além de estarem presentes no Sistema de Informação para Gestão Educacional – SIGE, um software que integra várias informações sobre a educação no estado. Esse sistema foi criado pelo Governo do Ceará.

É possível notar as diversas transformações que ocorreram ao longo dessa década, visando a criação de novas políticas públicas que reforcem a conexão entre escolas, alunos, famílias e a comunidade educativa. Manter-se informado sobre as matrículas dos estudantes e atualizar-se conforme as políticas emergentes é essencial, já que a implementação de mudanças depende de dados concretos. Portanto, é responsabilidade das instituições de ensino manter o SIGE sempre em dia com as informações.

CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa, observa-se que as fichas de matrícula de Salitre (CE) passaram por um processo de evolução ao longo da última década, levando-nos a refletir sobre as políticas públicas e a busca por uma educação mais equitativa. Em 2014, esse documento apresentava limitações que prejudicavam a eficiência na coleta de dados

relevantes. Em contrapartida, a versão de 2024 traz várias atualizações, com o objetivo de transformar a escola em um espaço inclusivo para todos.

Este documento é crucial para a prestação de contas ao governo, pois contém dados pessoais, registros de frequência e desempenho escolar do aluno. Essas informações são fundamentais para assegurar a transparência na administração dos recursos públicos e desempenham um papel vital na análise e no planejamento de novas políticas.

Ao entendermos plenamente o potencial desses recursos, conseguimos realizar uma análise mais detalhada de cada escola, o que nos permite direcionar investimentos e iniciativas voltadas para aprimorar a qualidade da educação, assegurando um ensino eficiente e inclusivo.

É fundamental que a atualização dessas fichas ocorra de forma contínua, em conformidade com as novas diretrizes e políticas, pois isso assegura os direitos de todos. Além disso, isso facilita o acompanhamento do acesso à educação e promove a equidade entre grupos que historicamente foram marginalizados.

Chega-se à conclusão de que a importância do documento de matrícula deve ser cada vez mais reconhecida, tanto pelas instituições de ensino, que precisam se comprometer em mantê-lo atualizado anualmente, quanto pelos órgãos responsáveis pela alocação de recursos e planejamento de políticas educacionais, que devem utilizá-lo como referência. Assim, será possível compreender as particularidades de cada escola, com acesso a essas informações por meio do SIGE.

REFERÊNCIAS

Aguiar, Márcia. Tuttman; Malvina T. **Políticas educacionais no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular: disputas de projetos.** *Em Aberto* 33.107 (2020).

Bonato, Nailda Marinho da Costa. **Memória da educação: preservação de arquivos escolares.** *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 6, n. 35, set./out. 2000.

Bonato, Nailda Marinho da Costa. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação** (2012). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/279664920_Os_arquivos_escolares_como_fonte_para_a_historia_da_educacao. Acesso em 26 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. 1834.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LIM/LIM16.htm. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. De 18 de setembro de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 16 de abril de 2024.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. De 10 de novembro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 16 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência**. De 6 de julho de 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 13 de outubro de 2024.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império**. 1827. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Davies, Nicholas; Alcântara, Alzira Batalha. A evolução das matrículas na educação básica no Brasil: alguns questionamentos. **Revista HISTEDBR On-line** 20 (2020): e020016-e020016.

Davies, Nicholas; Alcântara, Alzira Batalha. Fundeb: uma avaliação da evolução do número de matrículas e escolas na educação básica. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação** 10 (2020).

Graziotin, Luciane Sgarbi. Klaus, Viviane; Pereira, Ana Paula Marques. **Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: foco de estudo e percursos metodológicos** (2020). Disponível em <https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 de maio de 2024.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortes, 1992

SAVIANI, D. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação, Campinas, n. 24, p. 7-16, 2008.

Saviani, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Autores Associados, 2018.



Silva, Helane Cibely Albuquerque da. **Gestão documental:** um estudo nos arquivos escolares no município de Sapé - PB. / Helane Cibely Albuquerque da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014. 42f.:il